



Fundação Nacional de Saúde
Ministério da Saúde

RETIFICAÇÃO

No Despacho nº 303/2022 COINT (4206606),

onde se lê:

"

2. Justificativa do prazo de contratação de 60 (sessenta) meses haja vista a limitação de 48 (quarenta e oito) meses prevista no inciso IV do art. 57 da Lei nº 8.666/93 para a utilização de programa de informática (a área técnico-administrativa deverá esclarecer se a solução que será contratada é ou não um programa de informática), in verbis:

Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos: (...). IV - ao aluguel de equipamentos e à utilização de programas de informática, podendo a duração estender-se pelo prazo de até 48 (quarenta e oito) meses após o início da vigência do contrato.

Resposta: Informamos que o presente objeto está voltado para uma aquisição de solução de gateway de segurança de e-mails (AntiSpam) junto com o fornecimento de serviço de instalação e configuração, suporte, manutenção especializada e garantia de toda a solução e, ainda treinamento. Tal contratação trata-se de um serviço de natureza continuada de utilização de programas de informática, ou seja, a descontinuação da solução pode comprometer as atividades da Administração.

Cabe ressaltar que conforme o Parecer Referencial CCA/PGFN nº 01/2018, no qual esclarece sobre prorrogação contratual (https://www.gov.br/pgfn/pt-br/assuntos/consultoria-administrativa/arquivos-pareceres-referenciais/parecer_referencial_cca_n_12018.pdf), no item 36, informa que:

"[...] De plano convém ressaltar que o inciso IV diz respeito a dois objetos diferentes: o primeiro é pertinente ao aluguel de equipamentos, e o segundo à utilização de programas de informática. Logo, o equipamento a ser alugado não precisa ser de informática. Portanto, é permitido à Administração estender a execução de contrato de quaisquer tipos de equipamentos, expressão que tem sentido amplo, abarcando máquinas de cópia, veículos, maquinário em geral e, inclusive, equipamentos de informática (grifos nossos)."

"

leia-se:

"

2. Justificativa do prazo de contratação de 60 (sessenta) meses haja vista a limitação de 48 (quarenta e oito) meses prevista no inciso IV do art. 57 da Lei nº 8.666/93 para a utilização de programa de informática (a área técnico-administrativa deverá esclarecer se a solução que será contratada é ou não um programa de informática), in verbis:

Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos: (...). IV - ao aluguel de equipamentos e à utilização de programas de informática, podendo a duração estender-se pelo prazo de até 48 (quarenta e oito) meses após o início da vigência do contrato.

Resposta: Informamos que o presente objeto está voltado para uma aquisição de solução de gateway de segurança de e-mails (AntiSpam) junto com o fornecimento de serviço de instalação e configuração, suporte, manutenção especializada e garantia de toda a solução e, ainda treinamento. Tal contratação trata-se de um serviço de natureza continuada de utilização de programas de informática, ou seja, a descontinuação da solução pode comprometer as atividades da Administração. **Portanto, a justificativa do prazo de contratação de 60 (sessenta) meses está prevista no inciso II:**

à prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a sessenta meses.

Cabe ressaltar que conforme o Parecer Referencial CCA/PGFN nº 01/2018, no qual esclarece sobre prorrogação contratual (https://www.gov.br/pgfn/pt-br/assuntos/consultoria-administrativa/arquivos-peceres-referenciais/parecer_referencial_cca_n_12018.pdf), no item 36, informa que:

"[...] De plano convém ressaltar que o inciso IV diz respeito a dois objetos diferentes: o primeiro é pertinente ao aluguel de equipamentos, e o segundo à utilização de programas de informática. Logo, o equipamento a ser alugado não precisa ser de informática. Portanto, é permitido à Administração estender a execução de contrato de quaisquer tipos de equipamentos, expressão que tem sentido amplo, abarcando máquinas de cópia, veículos, maquinário em geral e, inclusive, equipamentos de informática (grifos nossos)."

Por fim, informamos que tal consideração será ajustada no Termo de Referência.

"



Documento assinado eletronicamente por **Gleicy Kellen dos Santos Faustino, Integrante Técnico**, em 01/11/2022, às 12:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Andre Wilson Pimenta Santana, Integrante Requisitante**, em 01/11/2022, às 14:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.funasa.gov.br/consulta>, informando o código verificador **4213004** e o código CRC **1951BE26**.